

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

v. 1, n. 1, jan./jun. 1998



20356 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
.1



# arquivo & administração

v. 1, n. 1

jan./jun. 1998

## SUMÁRIO

EDITORIAL .....	5
CARTA MISSIVA .....	7
Eliane Vasconcellos	
ARQUIVOS E INFORMAÇÃO: UMA PARCERIA PROMISSORA .....	15
Inaldo Barbosa Marinho Júnior e Junia Guimarães e Silva	
INFORMAÇÃO, ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS .....	33
Maria Odila Fonseca	
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAIS .....	45
Marilena Leite Paes	
A ADVOCACIA DOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: UMA PERSPECTIVA NORTE-AMERICANA .....	59
Richard J. Cox	
EM BUSCA DA CONSCIÊNCIA DO QUE SOMOS: A IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA CULTURA .....	71
Sérgio Conde de Albite Silva	

R. 20356

Copyright © 1998 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ - CEP 24220-000 Tel.: (021) 620-8080 ramais 200 e 353 - Telefax: (021) 620-8080 ramal 356

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Edição de texto : Damião Nascimento

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Rosalvo Pereira Rosa

Capa: Felipe Teles da Cunha

Revisão: Damião Nascimento e Rita Godoy

Supervisão gráfica: Káthia M. Pimenta Macedo

Coordenação editorial: Damião Nascimento

### Catálogo-na-fonte

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros - Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro : AAB, 1972 -

v. : 23cm.

Anual

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros

1. Arquivo - Periódicos. 2. Administração - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas

Brasileiros

CDD 025.171

### UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Luiz Pedro Antunes

Vice-Reitor: Fabiano da Costa Carvalho

Diretora da EdUFF: Eliana da Silva e Souza

Comissão Editorial:

Adonia Antunes Prado

Anamaria da Costa Cruz

Gilda Helena Rocha Batista

Heraldo Silva da Costa Mattos

Ivan Ramalho de Almeida

Maria Guadalupe C. Piragibe da Fonseca

Roberto Kant de Lima

Roberto dos Santos Almeida

Vera Lucia dos Reis

### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Biênio 1997 - 1999

#### Diretoria

Presidente: Mariza Bottino

Vice-Presidente: Laura Regina Xavier

1ª Secretária: Tânia Maria de Souza Pimenta

2ª Secretária: Eliana Balbina Flora Sales

1ª Tesoureira: Maria Celina Soares de Mello e Silva

2ª Tesoureiro: Sérgio Duayer Hosken

#### Conselho Editorial:

Mariza Bottino (Presidente)

Anamaria da Costa Cruz

Eliana Rezende Furtado de Mendonça

Fernando Antônio Pires Alves

Gilda Maria Braga

Maria Izabel de Oliveira

Maria T. W. Tavares da Costa Fontoura

Marilena Leite Paes

Rosali Fernandez de Souza

## EDITORIAL

Com o lema "cooperação e parceria", a diretoria eleita para o biênio 1997-1999 iniciou sua jornada tendo à frente muitos desafios, dentre os quais reeditar *Arquivo & Administração*, que durante mais de uma década, desde a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), marcou presença no cenário arquivístico nacional e cuja publicação, por questões de ordem financeira, foi paralisada no ano de 1994, com o v. 23.

Através de parceria com a Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), a AAB está retomando a edição da revista *Arquivo & Administração*, seu veículo oficial de divulgação de experiências e reflexões sobre a Arquivologia, tanto em nível nacional quanto internacional, atendendo aos anseios e as demandas de informação especializada por parte da comunidade arquivística brasileira.

Quero manifestar um agradecimento especial à Profª Eliana da Silva e Souza, diretora da EdUFF, que contribuiu para que este desafio fosse superado, bem como a todos os colegas que colaboraram.

Saudações arquivísticas,

Mariza Bottino

Presidente da AAB

## A ADVOCACIA\* NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: UMA PERSPECTIVA NORTE-AMERICANA

Richard J. Cox

Diretora do Arquivo Público do Estado do Rio  
de Janeiro

### Resumo

Este artigo nos coloca diante do problema da atualização da profissão de arquivista frente às grandes e profundas transformações do mundo atual. Debates em seminários e congressos vêm abordando o tema da preparação dos arquivistas do futuro e da necessidade de reformulação do ensino de graduação. Os professores universitários e os administradores de arquivos defendem, cada vez mais, o incentivo às pesquisas e ao questionamento como elemento básico do entendimento e do autoconvencimento, com o propósito de transformar os arquivistas em advogados de sua própria profissão.

Richard Cox denuncia também o desequilíbrio existente em relação ao excesso de tempo gasto no ensino da prática arquivística em detrimento de análises e propostas de reformulação das teorias existentes. Segundo ele, os arquivistas se condenaram à repetição mecânica das práticas, sem questionamentos e sem perceber que no mundo moderno, com os avanços das outras ciências e da tecnologia, a Arquivologia necessita se mostrar essencial, determinada e eficiente na consecução do planejamento organizacional, sob pena de se tornar ultrapassada e dispensável.

Palavras-chave: arquivologia; advocacia; ensino; pesquisa; teoria arquivística.

Tradução de Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Cox, Richard J. Advocacy in graduate archives curriculum: a North American perspective. Revista *Janus*, Paris, Conselho Internacional de Arquivos, n.1.1997.

\* O termo *advocacy* pode ser entendido aqui como uma prática profissional baseada na defesa de posições e na tomada de decisões e que perfila a postura do profissional de arquivo na arena pública. Sua origem arcaica remonta, entre outros sentidos, aos litígios locais. A propósito desse tema, a Revista *Janus*, aqui mencionada, apresenta vários artigos, entre eles o que ora apresentamos, que discutem detidamente e esclarecem o uso do termo *advocacy* em arquivo. Para traduzir as palavras *advocacy* e *advocate* optamos pela tradução literal latina, visando garantir a ênfase e a aplicabilidade do uso dados pelo autor. Dessa forma, traduzimos *advocacy* por advocacia, apesar de não ser a tradução ideal, significando ora a disciplina constante em currículo, ora o ato de advogar; traduzimos *advocate* como advogado, no sentido daquele que defende uma causa.

## Uma questão de “balanço”

Como estou propenso a fazer um “balanço” da *advocacia* dentre outros tópicos e questões nos currículos de graduação de Arquivologia, deixe-me declarar de início que não acredito haver uma razão verdadeira para realizar qualquer balanço. Estou firmemente convencido de que todos os aspectos da formação dos futuros arquivistas têm uma dimensão para a *advocacia*. Se há uma questão de balanço, tem mais a ver com o que os professores não deveriam estar fazendo (como dedicar um tempo extraordinário ensinando os estudantes a executarem processos arquivísticos), preferindo incluir em alguma lista de itens elaborada assuntos que deveriam ser amplamente apresentados a todos os estudantes em seus estudos.

Meu ponto de vista se baseia em duas fontes: primeiro, na minha perspectiva de que a formação é integral; segundo, os assuntos de interesse geral com os quais os graduados do meu programa trabalham. Gostaria de debater esses dois conceitos fundamentais, embora muito do que se segue a esta breve introdução tenha a ver com a segunda questão. Os arquivistas necessitam ser *advogados* em todas as coisas que eles pensam ou fazem, e eu darei alguns exemplos para ilustrar o que penso. A principal razão por que dei ao meu próprio trabalho o subtítulo “uma perspectiva Norte-Americana” é porque estou tirando exemplos do meu próprio país e cultura que me são mais familiares e sobre os quais estou mais qualificado para comentar.

O desenvolvimento da graduação arquivística na América do Norte é relativamente recente. Desde 1930, quando a profissão de arquivo finalmente consolidou-se como uma disciplina, até os anos 70, a educação arquivística tem sido, realmente, uma combinação de aprendizado e treinamento. O foco foram sempre os treinamentos básicos. O mais próximo que nós chegamos de um conceito sobre formação foram, em nosso modo de ver, aqueles que compreenderam que a profissão de arquivista deveria ter um firme conhecimento em história ou, no mínimo, uma larga noção de humanidades. Temos debatido incessantemente sobre a formação dos arquivistas nos programas de História, nas escolas de Biblioteconomia, bem como nos programas de Ciências da Informação e outros, sem chegar a qualquer resolução. Estivemos mais envolvidos em treinamento, divulgando habilidades básicas e moldando atitudes, ao invés de orientar para um conjunto de conhecimentos necessários à aplicação prática.

O que se tem perdido com isto? Tudo se concentrou no arranjo e descrição de arquivos, cabendo menor ênfase à referência e ao uso. Havia pouca ênfase no conjunto dos conhecimentos arquivísticos, no que diz respeito à pesquisa e modesto interesse nos assuntos essenciais como avaliação arquivística, bem como *advocacia* arquivística

e programas públicos. Há, ainda, resíduos da concentração desses saberes em pequena parte do que significa ser um arquivista. Para muitos arquivistas é suficiente uma ou duas referências básicas, tais como a Society American Archivist e Archival Fundamental Series, para guiá-los em seu trabalho. Eles não parecem ver as sutilezas ou nuances em sua prática ou as necessidades de questionar e de repensar muito daquilo que constitui sua prática. Isto é o que eu denominaria de um empobrecimento da nossa profissão. O empobrecimento intelectual é ainda mais perigoso do que os assuntos referentes a recursos financeiros e humanos, que muitos arquivistas estão propensos a lamentar.

Tudo está reduzido à prática, nada mais é importante. É precisamente o que norteia a fraqueza dos arquivistas ao normalizarem, através de conceitos nacionais e internacionais, e articularem o que é importante para seus empregadores, e para auxiliar a sociedade a entender a importância dos arquivos.

Formação é algo que deve incorporar a prática; porém, mais difícil que fazer algo é entender algo. Derek Bok, o último presidente de Harvard, tem observado a natureza das escolas profissionais nas universidades onde ensinamos, onde os futuros arquivistas serão formados: “Muitos dos educadores estão convencidos de que as escolas profissionais só podem alcançar um alto nível de qualidade, quando o ensino prático e a pesquisa aplicada estiverem combinados com questionamentos básicos e instruções do mesmo tipo que só podem existir dentro de uma universidade estabelecida” (1982, p. 72). Vamos considerar as seguintes palavras-chave: ensino, pesquisa e questionamento.

Vocês sabem que o ensino não é algo fácil de ser desempenhado. Ensinar, mesmo a mais simples das atividades, requer um esforço à parte para examinar a variedade de perspectivas, explicar de diferentes maneiras, a fim de auxiliar o estudante a entender a prática; isto é o que se costuma chamar de questionamento. Algumas vezes me parece que os arquivistas se encontram entre os homens menos curiosos da face da terra. Eles sempre parecem falhar ao imaginar que o modelo geral para investigação é um resultado histórico ou de outra ordem e não como algo que surge desabrochado como a resposta perfeita. Questionar significa examinar criticamente as investigações, para onde elas apontam, a fim de tentar compreender se ainda são relevantes. Questionar, naturalmente, é fundamental na pesquisa aplicada. Como uma profissão, possuímos tão pouca pesquisa sobre nossas práticas básicas, princípios e postulados que realmente não sabemos se muito do que fazemos, na verdade, funciona ou não. É esta espécie de perspectiva que precisamos trazer para as salas de aula, e que é fundamental para a formação arquivística.

O longo período de separação da formação dos arquivistas (quer dizer, a credibilidade em breves *workshops*, institutos e escassos auxílios, influenciando nos currículos, ou pior, o tempo para se envolver na estrutura da formação universitária) do modelo de formação da universidade é o cerne do problema com a moderna comunidade arquivística americana. Jaroslav Pelikan tem reafirmado que as “quatro metas” da universidade são: “o desenvolvimento do conhecimento através da pesquisa, a transmissão do conhecimento através do ensino, a preservação do conhecimento nas coleções didáticas e a difusão do conhecimento através da publicação” (1992, p. 16-17) – e isto expressa precisamente o que falta na formação arquivística e na amplitude da profissão. Como tenho experimentado ler na literatura disponível sobre a natureza da universidade (em parte como meio para entender o que está acontecendo à universidade neste final do século XX), me convenci, ainda mais, sobre todas as oportunidades perdidas na profissão de arquivista, resultado de sua fraca relação com a academia.

Nos últimos oito anos em que tenho trabalhado na academia, descobri profundas mudanças na minha própria perspectiva a respeito da profissão de arquivista. A ênfase de meus ensinamentos tem-se transformado radicalmente de três anos para cá, de diferentes maneiras.

Por que e como tem sido transformada? Por um motivo. Muda-se porque, após anos de luta para ensinar certos aspectos básicos da prática, vejo-me diante das limitações deste trabalho. Descobri, refletindo através de profunda leitura, que havia muitos aspectos da fundamentação prática arquivística que necessitavam de séria reavaliação. David Bearman (*Archival Methods*, 1989), em extenso ensaio sobre questões da avaliação arquivística, arranjo, descrição, preservação, referência e uso, foi uma fonte para mim, mas eu tinha certamente começado a chegar a conclusões similares. A publicação do *American Archivist* foi outra fonte adicional para reflexão, porque ela mostrou uma abertura na natureza da pesquisa e dos textos que estava ocorrendo na profissão. Minha própria dissertação sobre esforços para gerenciamento de documentos eletrônicos, minha participação em arquivos governamentais e em institutos de gestão documental por seis anos, além de envolvimento em projetos de pesquisa colaborativa no desenvolvimento de definição específica para documentos eletrônicos e no gerenciamento do sistema de informação têm-me orientado no sentido de reformular e revisar o meu próprio plano de ensino.

Os amplos contornos de meus ensinamentos são fáceis de caracterizar. Adotei a clara noção de que os arquivistas precisam se tornar ou, no mínimo, pensar neles mesmos, como eruditos de arquivos. Isto significa que eles necessitam entender o que é um documento, o que faz um documento em um arquivo, a história dos sistemas de arqui-

vos, o contexto organizacional social e cultural de tais documentos. Fundamental, também, nos meus ensinamentos é a noção de que os arquivistas devem ser orientados para se tornar militantes dentro de suas próprias organizações e na sociedade em geral. Duas décadas atrás havia discussões sobre arquivistas como militantes, mas estavam mais inseridas no contexto social. Derek Bok, em seu outro livro sobre formação de alto nível, propicia o esclarecimento daquilo que tenho dito. Ele escreve:

um outro fenômeno que faz o mundo parecer mais complicado é o rápido crescimento da quantidade de informação a ser apreendida. Sabendo que este crescimento, certamente, continuará, poderemos não estar felizes mais tarde por ensinar aos estudantes a relembrarem um conjunto fixo de conhecimento, ao invés de auxiliá-los com estas técnicas de solução de problemas e hábitos de contínuo aprendizado. (1986, p. 5).

É exatamente esta noção de problema-solução e contínuo aprendizado que faz a *advocacia* tão crucial na formação dos arquivistas.

Há ainda uma outra revelação, muito importante, que tenho tido sobre a formação dos futuros arquivistas, e é mais recente – estou chegando da minha jornada de verão na Austrália e de discussões com colegas como Ann Pederson. Convenci-me de que nossos programas de ensino arquivístico deverão ser menos direcionados para enviar graduados para trabalhar nas instituições arquivísticas e mais dirigidos para alcançar outras posições afins em documentação e informação no governo, corporações e associações de profissionais, instituições culturais dentre outras. Minhas razões não são difíceis de imaginar, e elas se relacionam particularmente com os assuntos da *advocacia* na formação arquivística. E, poderia acrescentar, elas nada têm a fazer com o fato de que as posições arquivísticas parecem estar razoavelmente limitadas. Na América do Norte não temos feito um bom trabalho na construção pública da importância dos arquivos como *advogados* efetivos para a preservação e gerenciamento dos documentos de arquivo. Se ficarmos sozinhos numa posição em relação ao conhecimento da ciência arquivística e na habilidade de articular com outros profissionais e administradores da informação, perderemos uma excelente chance de retificar flagrantes fraquezas em certas áreas, tais como gerenciamento dos documentos eletrônicos com valor arquivístico e o estabelecimento de programas arquivísticos viáveis e compreensivos nas empresas.

Enfrentando esta última estratégia, precisamos reavaliar o que temos ensinado em nossos cursos de graduação. Como já dissemos, o mais importante tem sido o arranjo e a descrição, especialmente agora, com o advento dos detalhados suportes em redes bibliográficas de padronizações descritivas. Muito do tempo despendido nas salas de aula é dedicado às funções arquivísticas. Nos Estados Unidos, o uso contínuo da prática como o maior componente da formação arquivística determina uma grande ênfase

no arranjo e na descrição. As perguntas que se pode fazer são: como tal concentração nestas áreas capacita os arquivistas a operarem em organizações modernas e a serem *advogados* eficazes para a básica missão da preservação dos documentos de arquivos? Este treinamento prático auxilia o arquivista a perceber que o arranjo e a descrição podem ter tempo e custo otimizados se forem executados pelos técnicos, sob a supervisão dos profissionais de arquivo? Podemos começar a entender que a melhor ênfase para o profissional de arquivo deve ser a importância sobre a capacitação de produtores de documentos, a alocação de recursos, a elaboração de políticas, o entendimento dos usuários potenciais dos documentos de arquivos e o público em geral do que são os arquivos e por que eles necessitam ser preservados e gerenciados?

Minha argumentação é simples. Você não pode fazer uma leitura do ensino da Ciência Arquivística sem focalizar a *advocacia* e as relações públicas. Além disso, não há uma simples investigação arquivística, funções ou atividades que possam ser ensinadas sem entender como o arquivista pode ser um propagandista, um lobista, ou *advogado*, ou, no mínimo, perceber o potencial político, social, econômico e outras dimensões de apoio para o trabalho efetivo. Isto nos leva a uma simples constatação, que Jacques Barzum escreveu em sua declaração: "quando tudo está dito e feito, não se ensina uma matéria, ensina-se um estudante como conhecer" (1991, p. 35).

*Advocacia* e programação pública estão simplesmente no conhecimento do contexto dos sistemas de arquivos, isto é, capacitando prospectivamente os arquivistas que poderão operar com o ambiente organizacional e social que criaram e sustentam os regimes dos arquivos. Nós precisamos ensinar aos estudantes como aprender o trabalho arquivístico, primeiro na academia e, depois, no local de trabalho e na sociedade.

### A *advocacia* e o ensino das funções arquivísticas básicas

Minha intenção agora é descrever alguns dos aspectos do ensino de *advocacia* nas funções básicas arquivísticas – avaliação, arranjo, descrição, preservação, referência, uso e gerenciamento.

Espero, desse modo, esclarecer meus pontos de vista, pois a *Advocacia* é uma matéria crucial para o futuro arquivista, como qualquer outro conhecimento ou área do saber, e em muitos casos, é impossível ensinar sem incluir conhecimentos de *advocacia* ou afins.

Minha visão sobre avaliação é bem conhecida. Considero que a avaliação é a mais básica de todas as funções arquivísticas, determinando a natureza de outras atividades e responsabilidades. Mas, avaliação é um dos mais difíceis fazeres da área

arquivística porque nos obriga a enfrentar quais documentos ou qual período documental preservamos da sociedade abarcada pelo multiculturalismo, pelas diferentes políticas ou numerosos outros conhecimentos das divisões de grupos sociais. David Gray (1989, p. 72-78), o organizador desta Conferência, no uso dos termos *documentos ativos x documentos inativos*, sugere que sua propensão é usar o adjetivo inativo, sempre condenado por nós, sendo irrelevante em nossas próprias organizações e sociedade. Nós também sabemos que a aquisição de certos documentos de arquivo, tais como aqueles emanados da existência e funcionamento organizacionais, requer a negociação de responsabilidade pelos arquivistas com aquelas organizações, seus administradores, seus documentos e gerenciamento dos recursos informacionais. Sinceros esforços para documentar determinados aspectos de nossa sociedade moderna são sempre indistintos dos esforços para influenciar os produtores de tais documentos nas organizações. Temos conhecimento agora de que a natureza técnica da organização e dos sistemas de arquivo é ditada por um pensamento inteiramente novo sobre avaliação, liderado pelos programas de descentralização de depósitos ao invés da tradicional centralização.

Há ainda alguns questionamentos básicos para aplicarmos na avaliação. Os recentes escritos sobre avaliação de arquivos têm, de fato, enfatizado os problemas do tratamento com a complexidade da sociedade moderna, e esses escritos têm alfinetado os arquivistas no sentido de que a avaliação não pode ser separada dos questionamentos contemporâneos, ideologia, divergências e de compromissos sociopolíticos. As origens desses escritos foram, até certo ponto, os produtos de uma geração de arquivistas aperfeiçoados como historiadores sociais com uma particular orientação para a relevância da história contemporânea da sociedade. Como a sociedade se tornou mais fragmentada, os conceitos precisam se tornar ainda mais básicos.

A conexão da avaliação com a *advocacia* pode ser entendida de muitas maneiras, como um desafio para sua elaboração. Há avisos de que, enquanto os arquivistas necessitam se tornar mais sistemáticos na prática da avaliação arquivística e mais rigorosos no seu desenvolvimento teórico, ainda precisam avançar sensivelmente para as solicitações de certos grupos da sociedade. Como a sociedade tem-se fragmentado bastante, os conceitos têm-se tornado ainda mais básicos. Há discussões sobre como certos documentos podem somente ser avaliados por arquivistas, tornando-os intrinsecamente mais envolvidos na criação dos sistemas de arquivo. Alguns assessores de avaliação têm considerado os elementos políticos da decisão da avaliação, embora eles ainda não possam objetivamente medir a influência de tais políticas. Isto pode não ser mais que um questionamento, mas um conhecimento geral que, como arquivistas, levamos em todo nosso trabalho como certas pressuposições e outros óbvios compromissos, além

do que devemos ainda saber o fato de que muitos dos documentos encontrados em nossos depósitos são resultados de casos legais e necessidades administrativas e outros de menor importância científica ou critério objetivo.

O desafio na formação pode ser não evitar tais influências óbvias na avaliação, mas usá-las para criar diálogos com os estudantes a fim de demonstrar-lhes o impacto de tais influências. Com um número crescente de refinados estudos como memória, gerência, objetividade e verdade, há muito para estimular os estudantes arquivistas a considerarem a variedade de questionamentos que eles irão encontrar em seus locais de trabalho, e buscar resolvê-los através da eficiência, conhecimento, criatividade, sendo *advogados* de uma causa que eles entendem.

Preservação é, de fato, uma forma de avaliação; como resultado, enfrenta todos os desafios e questionamentos que tenho descrito. Enquanto nós temos testemunhado a mudança de mentalidade do tratamento da conservação para conceitos mais amplos de gerenciamento de preservação e ação de massa, suspeito de que a preservação é sempre ensinada mais como um artesanato do que como algo que envolve importante experiência arquivística como avaliador, administrador e *advogado*. A preservação é dispendiosa, e o último recurso utilizado, já que os arquivistas não têm acesso aos recursos financeiros.

Preservação requer amplas tarefas de negociação, com quem controla as finanças e com os que devem ser contratados para serviços (desde pequenos programas arquivísticos internos, incluindo pessoal de laboratórios de conservação e restauração).

A preservação no contexto do ensino arquivístico pode requerer considerações da *advocacia*, participando como suporte dos princípios básicos que a preservação necessita. Vamos refletir por um momento sobre algumas questões: existe o problema de conseguir recursos para um programa de preservação e mesmo programas simples podem necessitar de um alto apoio financeiro para sua manutenção. Na América do Norte, em especial nos Estados Unidos, a comunidade arquivística parece comedida ao encorajar as instituições a manterem sempre os mais modestos recursos para a preservação de valiosos documentos de arquivos, mas, como equipá-los para se tornarem melhores *advogados* e captadores de recursos, construindo assim um programa viável de preservação? Como elaborar um programa para arquivos, sem ter os recursos substanciais e contando com arquivistas pobremente treinados, para executar o trabalho o qual requer uma sofisticada elaboração a fim de tomar importantes decisões? Como convencer as instituições obcecadas por economia e eficiência nos programas de

gerenciamento de documentos a investir naquilo que dá a impressão de ser um poço sem fundos de despesa?

Há ainda a questão dos documentos eletrônicos e sistemas de arquivos a qual parece desprovida de apelo para o aspecto simbólico dos arquivos, que é sempre o que atrai recursos financeiros para os propósitos da preservação, visando a um novo modo de pensar sobre os programas de arquivo e uso dos documentos, e a preservação, que a engenharia de *software* requer novos parceiros e novas técnicas e novas experiências. Sempre que há alguma situação tão básica quanto a tomada de decisão sobre reelaboração de um documento para os propósitos da preservação, esta é levada pelas inúmeras questões sobre integridade dos documentos, a noção de prova *versus* informação e outros conceitos que são assuntos da *advocacia*. Tudo isso pode fazer revigorar fracas e frustradas salas de aula que desejam saber um pouco mais para suas realizações – mas quem deseja este tipo de estudante?

Arranjo e descrição, especialmente com a adição da automação e seu conseqüente enfoque nos padrões de descrição parece ser natural se refletir e considerar a *advocacia*, pela sua aproximada conexão com as necessidades dos usuários e a função de referência. Históricos de arranjo de arquivos, teoria e prática da descrição têm demonstrado como a evolução dessas funções foi a mistura de resultados dependentes das personalidades, eventos históricos, caprichos organizacionais e conceituação baseada na prática. Há ainda outras importantes dimensões. Os arquivistas que têm sido influenciados e apoiados através do desenvolvimento dos profissionais de biblioteca, no avanço dos padrões bibliográficos e redes. Aqui temos dois lados da moeda: a) que o profissional de arquivo, em razão de sua natureza, poderia ter desenvolvido seus próprios padrões; b) o fato de que os bibliotecários têm *advogado* efetivamente suas necessidades profissionais. Essas necessidades, ensinadas na sala de aula, fazem entender a importância da *advocacia* e auxiliam os futuros arquivistas a verem como a *advocacia* tem contribuído sempre nas mais básicas funções de arquivo.

Para os arquivistas tornarem-se envolvidos em tais trabalhos descritivos, devem conhecer as padronizações universais, um mundo dominado pelos conhecimentos técnicos e habilidades políticas. A questão é se nossa mudança para padrões de descrição não tem tornado mais difícil a comunicação entre colegas e parceiros de profissão. Criamos um pesadelo para fomentar o entendimento dos arquivos e da ciência arquivística? Todas as atividades recentes em padrões de descrição poderiam ser relativizadas por nós como educadores, porque influenciam os requisitos para empregadores, bem como passam para os currículos em nossos programas.



Referência e acesso é um encontro natural para a educação arquivística e a *advocacia*. Referência e *advocacia* são intimamente ligadas como nenhuma outra área. Como sempre descrevo em meus cursos, a sala de consulta é onde as relações públicas do arquivo e a *advocacia* começam. A literatura sobre referência parece confirmar tal equação. As descrições existentes sobre a interação entre a referência arquivística e o pesquisador, para propósitos do estudo do uso da pesquisa e mesmo para estudos sobre o uso de documentos arquivísticos e históricos, contêm interessantes, controvertidos e complexos questionamentos que os futuros arquivistas necessitam enfrentar, ao se prepararem para suas carreiras. Em alguns casos, devem estar preparados para refletir sobre como devem considerar importantes mudanças nos padrões, aceitar aspectos da prática arquivística a fim de realizar um serviço melhor, bem como provocar discussões públicas sobre o valor dos arquivos e heranças documentais.

Provavelmente, o acesso, mais do que qualquer outro tópico, se abre para discussão do arquivista como *advogado*. Assegurar o acesso a certos documentos importantes, tais como os da investigação do assassinato de Robert F. Kennedy ou as fitas magnéticas feitas por Richard M. Nixon, enquanto na "Casa Branca", requer arquivistas astutos nas questões legais, lobistas, políticos, hábeis negociadores, assim como antigos arquivistas de visão plena. Mas, para isto, podemos admitir que existem numerosas discussões nos diferentes grupos, todos com conseqüentes interesses e compromissos sobre que espécies de serviços eles esperam dos arquivistas.

O que mudar nos livros a respeito dos erros assumidos sobre os graus de acesso, que podem ter os documentos de arquivos para ser contrabalançado por outros, que moderna e abertamente enfrentam os assuntos do acesso? Privacidade, liberdade de informação, posse da propriedade intelectual e *Copyright* (*advocacia* de reprodução) são todos conhecimentos importantes.

Em meus comentários sobre avaliação, sugiro algo inerente à relação entre avaliação e os objetivos e compromissos de criadores de arquivos. Como administradores, os arquivistas necessitam entender que a criação de documentos organizacionais, pela própria natureza desse processo, estabelece um envolvimento no qual o arquivista deve ser presente e dotado de habilidades para participar acertadamente na tomada de decisões. Arquivo e informação são o coração das organizações, representando uma função essencial para seu equilíbrio financeiro, competitividade e viabilidade. Os futuros arquivistas devem aprender sobre isso de várias maneiras. Primeiramente devem ser apresentados à história do Arquivo, que revela, como nenhuma outra, como e por que os documentos e os arquivos estão intimamente conectados para a administração das instituições. A ironia desta conexão entre os documentos e suas organizações produtoras é

que o profissional americano de arquivo não tem trabalhado bem no estabelecimento e criação dos arquivos institucionais – espaço onde a *advocacia* poderia atuar.

Dentro da profissão, temos preferido trabalhar com uma variedade de coleções selecionadas, e a negociação para doações de documentos para os Arquivos Permanentes requer relações públicas e outras habilidades. Assim, nós temos probabilidades de ser inconsistentes para convencer as organizações a estabelecer seus próprios programas arquivísticos.

As razões para o nosso fracasso? Não temos sido tecnicamente eficientes e, portanto, relevantes para a moderna organização na era da informação. Temos permitido que o gerente de documentos e o administrador de arquivos se tornem duas disciplinas separadas, ambas enfraquecidas no processo. De fato, a fragmentação destas profissões aponta para o que geralmente consideram-se elementos-chave de um documento – sua estrutura, conteúdo e contexto, e o ciclo de vida dos documentos e sistemas de arquivos. O resultado final é o enfraquecimento da habilidade dos arquivistas de atuarem como *advogados* de sua própria missão e para terem também um papel mais proeminente na sociedade e outros propósitos para os quais os documentos são essenciais.

Todas essas divagações mostram que diante do fato de as organizações modernas estarem continuamente em evolução, informação e documentos são cruciais para o resultado desta evolução. Os arquivistas precisam ter uma posição de constante negociação para sua missão e usar uma linguagem corrente de gerenciamento, precisam fazer reengenharia e reinventar seus próprios programas. Precisam também acompanhar a evolução dos *softwares* e suas implicações para os arquivos, que devem ser adotados por suas organizações; melhor ainda, eles trabalhariam para se colocar em posição de serem capazes de influenciar a organização sobre quais variedades de *software* devem ser adquiridas e como devem ser aprimoradas. Como educadores, portanto, necessitamos auxiliar nossos estudantes não exclusivamente a entender os princípios básicos da arquivística, metodologia, prática, mas precisamos auxiliá-los a ver como esses princípios operam em suas organizações e ambientes sociais e organizacionais.

## Conclusão

Nós, educadores arquivistas, precisamos repensar nossas atividades e, mais amplamente, sobre a realidade educacional. A. Bartlett Giametti escreveu que

conhecimentos humanistas, melhor do que a palavra educação, derivada do latim *educere*, *to lead out*, era a liderança, a parte da sabedoria particular para a notória excelência pública que era o final esperado dos estudos humanísticos (1990, p. 134).

Precisamos educar nossos estudantes seguindo este modelo, isto é, necessitamos guiá-los no mundo que cria documentos e que, em última instância, decide se serão preservados aqueles que possuem valor arquivístico. Esta é a chave para a *advocacia* arquivística, e é a chave para a educação arquivística.

## Referências bibliográficas

BARZUN, Jacques. *Begin here* : the forgotten conditions of teaching and learning. Chicago : University of Chicago Press, 1991.

BOK, Derek. *Beyond the Ivory Tower* : partial responsibilities of the modern university. Cambridge : Harvard University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *Higher learning*. Cambridge : Harvard University Press, 1986.

GIAMATTI, A. Bartlett. *A free an ordered space* : the real world of the University. New York : W. W. Norton, 1990.

GRAY, David B. Archivists, you are what people think you keep. *American Archivist*, [S.l.], n. 52, p. 72-78. Winter 1989.

PELIKAN, Jaroslav. *The idea of the university* : a reexamination. New Haven : Yale University Press, 1992.

## EM BUSCA DA CONSCIÊNCIA DO QUE SOMOS: A IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA CULTURA

Sérgio Conde de Albite Silva  
"Assim a culpa nos faz todos covardes".  
Hamlet

### Resumo

Dimensões sociológicas e psicológicas do brasileiro em Sérgio Buarque de Holanda. Estado brasileiro, as políticas públicas de preservação e a identidade nacional. Memória social brasileira e o reconhecimento da nação através da preservação da cultura.

Palavras-chave: cultura; identidade nacional; políticas de preservação.

O instinto de sobrevivência tem de falar mais alto.

Ao identificar e analisar as raízes e os dados que fazem parte do caldeirão, por demais remexido, e que dele pouco se saboreia de pronto, e na busca da preservação de nossa identidade cultural e das políticas que cuidam de sua preservação, demos de frente com um paralelo etimológico na palavra *PAI*. Patrimônio (do latim, herança paterna), paternalismo, patriarcal, "patrimonialismo", ensinamentos de Sérgio Buarque de Holanda que buscava nas palavras "as pontes entre sua consciência e a dos testemunhos da época" (DIAS, 1988, p. 73).

Se temos o que temos é porque somos o que somos. A percepção, compreensão e internalização desse fato pelos brasileiros é o fio da meada para nos reconhecermos nos nossos representantes legais de hoje e de sempre; nas políticas públicas aplicadas e nas suas conseqüências, distanciadas da expectativa da esmagadora maioria da população brasileira. Acordar de uma presunçosa superioridade individual exercitada por uma solene indiferença por tudo ou quase tudo que é socialmente relevante parece ser a grande lição que tomamos de Sérgio Buarque de Holanda.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século décimo nono (HOLANDA, 1997, p. 141).